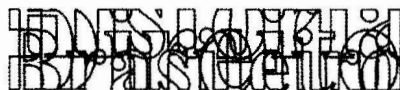


**Eduardo C. B. Bittar**

**Organizador**

**Professor Associado do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da  
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**



# História do Direito Brasileiro

**Leituras da Ordem Jurídica Nacional**

AIRTON L. CERQUEIRA-LEITE SEELAENDER

ALAÔR CAFFÉ ALVES

ALEXANDRE AUGUSTO DE CASTRO CORRÊA

ANNA CANDIDA DA CUNHA FERRAZ

ANTONIO AUGUSTO MACHADO DE CAMPOS NETO

ANTÔNIO SÉRGIO CARVALHO ROCHA

ANTÔNIO SILVEIRA RIBEIRO DOS SANTOS

BRUNELA VINCENZI

CARLOS EDUARDO DE ABREU BOUCAULT

DALMO DE ABREU DALLARI

EDUARDO C. B. BITTAR

ENEIDA GONÇALVES DE MACEDO HADDAD

GILBERTO BERCOVICI

GUILHERME ASSIS DE ALMEIDA

IGNACIO MARIA VELASCO POVEDA

JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI

LUCIANA MARIA NAPOLEONE

LUIZ CARLOS DE AZEVEDO

MARIA HELENA DINIZ

MARIA LUCIA BEFFA

ORLANDO VILLAS BÔAS FILHO

PAULA BAJER FERNANDES MARTINS DA COSTA

PAULO AMADOR THOMAZ ALVES DA CUNHA BUENO

ROBERTO DA SILVA FRAGALE FILHO

ROBERTO SENISE LISBOA

SAMUEL RODRIGUES BARBOSA

SANDRO ALEX DE SOUZA SIMÕES

TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR

TERESA MARIA MALATIAN

VITOR SOUZA LIMA BLOTTA

WILSON LEVY

**2ª Edição**

**Revista e ampliada**

**SÃO PAULO**

**EDITORA ATLAS S.A. - 2010**

© 2003 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2003; 2. ed. 2010

Capa: Roberto de Castro Polisel

Composição: Set-up Time Artes Gráficas



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

História do direito brasileiro / organizador Eduardo C. B. Bittar. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-5754-0

1. Direito – Brasil – História I. Bittar, Eduardo C. B.

03-3113

CDU-34 (81) (091)

---

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Direito : História 34 (81) (091)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384 (Campos Elísios)

01203-904 São Paulo (SP)

Tel.: (0\_\_11) 3357-9144 (PABX)

[www.EditoraAtlas.com.br](http://www.EditoraAtlas.com.br)



# Sumário

*Prefácio, xix*

## **Parte I – Autores, ideias e pensamentos, 1**

### **1 O mito Júlio Frank**

*Antonio Augusto Machado de Campos Neto, 3*

1 Introdução, 3

2 O mito, 5

3 A Bucha, 6

4 Comentários da personalidade, 7

5 O túmulo, 8

6 Conclusão, 10

*Bibliografia, 11*

### **2 Três vultos da cultura jurídica brasileira: Augusto Teixeira de Freitas, Tobias Barreto de Menezes e Clóvis Beviláqua**

*Ignacio Maria Velasco Poveda, 12*

1 Augusto Teixeira de Freitas (1816-1883), 12

2 Tobias Barreto de Menezes (1839-1889), 15

3 Clóvis Beviláqua (1859-1944), 17

### **3 Função dos *media* textuais na estruturação da complexidade do Direito Civil brasileiro pré-codificação: Cândido Mendes e Teixeira de Freitas**

*Samuel Rodrigues Barbosa*, 20

1 Complexidade do direito civil pré-codificação, 21

2 Meios de difusão e seleção, 24

*Bibliografia*, 32

### **4 Sílvio Romero e o Direito**

*Guilherme Assis de Almeida/Paula Bajer Fernandes Martins da Costa*, 34

1 Sílvio Romero, 34

2 O tempo de Sílvio Romero (1851-1914), 35

3 A escola de Recife, 36

4 O temperamento de Sílvio Romero, 37

5 Sílvio Romero e o Direito, 39

*Bibliografia*, 40

### **5 A retórica de Rui Barbosa e os resultados da participação do Brasil na 2ª Conferência da Haia, de 1907**

*Carlos Eduardo de Abreu Boucault*, 42

*Bibliografia*, 49

### **6 A filosofia do Direito no Brasil e o papel de Miguel Reale**

*Tercio Sampaio Ferraz Junior*, 50

## **Parte II – Fatos, contingências e leis, 63**

### **7 História do Direito Nacional desde a antiguidade até o Código Civil de 1916**

*Alexandre Augusto de Castro Corrêa*, 65

1 Intróito, 65

2 O Direito Romano na Península Ibérica desde 146 a.C. até o advento das leis bárbaras, 66

3 Baixa Idade Média, 67

4 Glosadores e comentadores, 68

5 Comentadores, 68

6 Direito Canônico, 68

7 Península Ibérica, 69

8 Portugal, 69

9 Ordenações Afonsinas (1446), 70

10 Direito Brasileiro: projetos de Código Civil anteriores ao entrado em vigor em 1917, 72

11 Primeiros projetos, 72

12 República, 73

13 De 1917 à atualidade, 74

*Bibliografia*, 74

## **8 Presença da civilização muçulmana na cultura e nos institutos jurídicos de Portugal durante a Idade Média**

*Luiz Carlos de Azevedo, 75*

*Bibliografia, 79*

## **9 Tradição luso-brasileira dos assentos da Casa da Suplicação**

*José Rogério Cruz e Tucci, 81*

- 1 Precedentes judiciais à época da reconquista, 81
- 2 Recepção do direito comum, 83
- 3 Interpretação e *fazañas* do rei nas fontes espanholas, 86
- 4 O problema das lacunas da lei no direito lusitano, 87
- 5 Interpretação autêntica das leis e *assentos* dos tribunais, 89
- 6 Estilos da Casa da Suplicação, 92
- 7 Direito subsidiário na reforma pombalina, 93
- 8 *Assentos* e estilos na Lei da Boa Razão, 95
- 9 Coibição da prática abusiva de editar *assentos*, 97
- 10 Classificação dos *assentos*, 98
- 11 *Assentos* do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, 98

## **10 A estrutura reinol na colônia ou Héracles versus a Hidra de Lerna**

*Sandro Alex de Souza Simões, 102*

- 1 O significado do Governo Geral e da Administração na Colônia, 102
- 2 A pluralidade da Administração local e as relações com a metrópole: o caso do Diretório dos índios, 111

## **11 A polícia e o rei-legislador: notas sobre algumas tendências da legislação portuguesa no Antigo Regime**

*Airton Lisle Cerqueira-Leite Seelaender, 120*

- 1 Introdução, 120
- 2 Tendências da legislação portuguesa, 125
- 3 Conclusão, 132

*Bibliografia, 133*

## **12 Notícias da Inquisição no Brasil: o processo e a tortura no período colonial**

*Eduardo C. B. Bittar, 136*

- 1 Ambientação: a religiosidade na colônia portuguesa, 136
- 2 A Inquisição: formação e chegada à colônia, 139
- 3 O direito canônico e suas fontes de aplicação no Brasil Colônia, 145
- 4 Processo inquisitorial: procedimento pela salvação das almas?, 147
- 5 Conclusões, 160

*Bibliografia, 161*

## **13 Notícia histórica do Direito Penal no Brasil**

*Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha Bueno, 163*

- 1 Introdução, 163

- 2 Direito Penal indígena, 164
  - 3 Direito Penal no período colonial: as ordenações do reino, 167
  - 4 Direito Penal imperial: o Código Criminal do Império, 171
  - 5 Direito Penal republicano: o Código Penal de 1890, 174
  - 6 A consolidação das leis penais, 176
  - 7 O Código Penal de 1940, 177
  - 8 Anteprojeto de Código Penal de 1969, 178
  - 9 A reforma da parte geral (Lei nº 7.209/84), 178
  - 10 Conclusões, 179
- Bibliografia*, 180

#### **14 As Arcadas na política brasileira**

*Dalmo de Abreu Dallari*, 185

#### **15 Da primeira biblioteca pública oficial da Província de São Paulo à Biblioteca da Faculdade de Direito da USP: história da biblioteca, de suas origens até a criação da USP**

*Maria Lucia Beffa/Luciana Maria Napoleone*, 193

- 1 Resgatando as origens da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP: antecedentes, 193
- 2 A primeira biblioteca pública oficial de São Paulo e o primeiro bibliotecário, 197
- 3 A Biblioteca da Academia de São Paulo, 202

#### **16 América para os americanos: o Brasil e o Pan-americano na “Era Rio Branco”**

*Teresa Maria Malatian*, 209

*Bibliografia*, 226

#### **17 Código Civil de 1916**

*Maria Helena Diniz*, 229

- 1 Importância e necessidade da codificação do direito civil, 229
- 2 Etiologia histórica do Código Civil brasileiro, 231
- 3 Aplicação do método científico-racional e principais aspectos relativos ao conteúdo do Código Civil de 1916, 233
- 4 Revogação do Código Civil de 1916 e a questão do desajustamento entre a realidade material dos fatos e a realidade formal de suas normas, 235
- 5 Conclusão, 239

*Bibliografia*, 239

#### **18 Instabilidade constitucional e direitos sociais na Era Vargas (1930-1964)**

*Gilberto Bercovici*, 241

- 1 A Revolução de 1930 e a construção do Estado nacional, 241
- 2 O “Constitucionalismo Social” e a Constituição de 1934, 243
- 3 O Estado Novo, 247
- 4 A Constituição de 1946 e o desenvolvimentismo, 249
- 5 O dilema da reforma agrária, 251

- 6 Mitos da legislação trabalhista, 253
- 7 A “Democracia interrompida”, 258
- 8 Conclusão: constituições de compromisso?, 259
- Bibliografia*, 262

## **19 Breves memórias do golpe de 64: depoimentos, notícias e dados**

*Eduardo C. B. Bittar*, 280

- 1 O silêncio como opção metodológica, 280
- 2 A chegada das sombras, 281
- 3 As forças em marcha, 281
- 4 A legalização da ditadura pelos atos institucionais, 283
- 5 A proscricção: os nomes e as pessoas, 286
- 6 A tortura e a banalização do humano, 286
- 7 Os dados, as estatísticas e os processos, 288
- 8 A reação, 293

*Bibliografia*, 293

## **20 Os direitos indígenas no Brasil Contemporâneo**

*Orlando Villas Bôas Filho*, 295

- 1 Introdução, 295
- 2 Integracionismo e legislação indigenista durante o regime militar no Brasil, 297
- 3 O Estatuto do Índio Lei nº 6.001/73, 299
- 4 A Constituição Federal de 1988, 304
- 5 Conclusão, 305

*Bibliografia*, 306

## **21 Direito ambiental: surgimento, importância e situação atual**

*Antônio Silveira Ribeiro dos Santos*, 309

- 1 Introdução, 309
- 2 Os caminhos de uma nova ciência, 310
- 3 A educação ambiental, 311
- 4 Direito ambiental: fundamentos, princípios e legislação, 312
- 5 Ética ambiental, 323
- 6 Participação da sociedade na proteção ambiental, 327
- 7 Política nacional do meio ambiente, 329
- 8 Biodiversidade no mundo jurídico, 330
- 9 Situação ambiental atual, 333
- 10 Conclusão, 335

*Bibliografia*, 336

## **22 A transição constitucional e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 5-10-1988**

*Anna Candida da Cunha Ferraz*, 337

- 1 Introdução, 337

- 2 Premissas necessárias, 338
- 3 O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na Constituição de 1988, 347
- 4 Conclusão, 355

**23 Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões: novas dimensões constitucionais da organização do Estado Brasileiro**

*Alaôr Caffé Alves*, 357

- 1 Conceito jurídico de região metropolitana, 360
- 2 Compulsoriedade da relação regional, 366
- 3 Autonomia municipal em face do interesse metropolitano, 369
- 4 Autonomia dos municípios metropolitanos, 373
- 5 Funções públicas de interesse comum, 377

*Bibliografia*, 380

**24 Incertezas e promessas. Direitos sociais na história do Brasil presente**

*Eneida Gonçalves de Macedo Haddad*, 382

- 1 Do passado ao presente: direitos trabalhistas, previdenciários e de associação, 383
- 2 Um cenário de incertezas e de promessas, 391

*Fontes*, 394

*Bibliografia*, 395

**25 Ingovernabilidade versus Estado Constitucional: Judiciário e crise dos poderes numa perspectiva política**

*Antônio Sérgio Carvalho Rocha*, 397

*Introdução*, 397

- 1 Transição política e democratização, 399
- 2 A “ingovernabilidade” como hipótese, 400
- 3 A “ingovernabilidade” como política de governo, 403

*Bibliografia*, 418

**26 As diretrizes curriculares: estudo e diagnóstico do ensino jurídico**

*Roberto da Silva Fragale Filho*, 420

- 1 Breve história das diretrizes, 421
- 2 Breve análise das diretrizes, 430
- 3 Conclusão, 435

*Bibliografia*, 436

**27 Novo Código Civil brasileiro e suas perspectivas perante a constitucionalização dos direitos**

*Roberto Senise Lisboa*, 437

- 1 Macrossistema ou microsistemas?, 437
- 2 Insuficiência do sistema civil de 1916 e sua descodificação, 443



- 3 O despontar da nova codificação, 448
  - 4 Constitucionalização dos direitos e perspectivas da nova codificação, 453
- Bibliografia*, 459

**28 Reconhecimento, memória histórica e justiça transicional no Brasil: argumentos frankfurtianos por uma comissão de verdade sobre o regime ditatorial de 1964-1985**

*Vitor Souza Lima Blotta/Wilson Levy/Brunela Vincenzi*, 461

- 1 Introdução, 461
- 2 Teoria crítica e teoria do reconhecimento, 464
- 3 O direito à memória e à verdade como respostas político-institucionais a sentimentos de desrespeito à memória coletiva do Brasil, 468
- 4 Comissões de verdade e razões por uma problematização pública pela revisão do período ditatorial no Brasil, 471

*Bibliografia*, 474